

# Economia.

**Carro deve continuar com IPI reduzido**  
Pág. 22

EDITORA:  
**ELAINE SILVA**  
ecferreira@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8327  
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

## GASTO PÚBLICO

# ONDE ESTÁ O DINHEIRO? ESTADO SÓ INVESTIU 25% DO PREVISTO ATÉ AGORA

## Enquanto isso, obras de estradas e hospitais se arrastam

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

O ano já entrou em sua reta final, e o governo do Estado terá de apertar o ritmo caso queira cumprir o prometido: investimento de R\$ 1,954 bilhão em 2013. Até 31 de agosto, só R\$ 507,2 milhões, ou 25,9% do previsto, tinham saído do papel. Ou seja, a máquina pública estadual terá de fazer em quatro meses quase que o triplo (R\$ 1,446 bilhão) do que fez em oito.

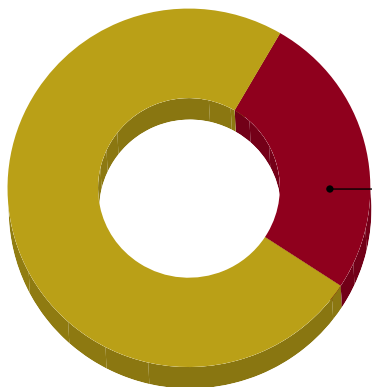
Os números estão no Resultado do Tesouro Estadual de agosto. Divulgado pela Secretaria de Estado da Fazenda, o balanço apresenta a receita orçamentária realizada (o dinheiro que entrou de fato no caixa) em contrapartida à despesa orçamentária total liquidada (quando está tudo certo, só falta pagar), consolidado por todos os poderes e todas as fontes de recursos.

O pouco mais de meio bilhão investido até agosto supera os R\$ 441,61 milhões realizados no mesmo período do ano passado, mas fica abaixo dos R\$ 512,37 milhões de 2011. Em 2012, o Estado havia previsto R\$ 1,654 bilhão em investimentos, mas só entregou R\$ 1,164 bilhão, 70,3% do estimado. Em 2011, a realização ficou em 70,38%.

O documento especifica a execução orçamentária com recursos próprios, de R\$ 8,56 bilhões. Deste montante, o orçamento autoriza R\$ 781,063 milhões (9,12%) para investimentos. Até 31 de agosto, R\$

### E OS INVESTIMENTOS?

Investimentos públicos prometidos pelo governo do estado para este ano **R\$ 1,954 bilhão**



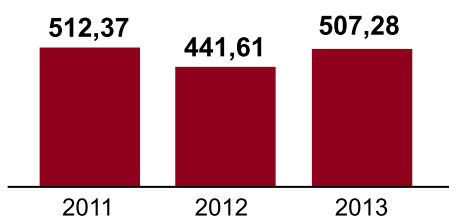
Apenas **R\$ 507,25 milhões**, **25,95%** do orçado, tinham saído do papel até 31 de agosto.



Como **66%** do ano já ficou para trás, está cada dia mais difícil cumprir a promessa. Para tanto, a máquina estadual terá de colocar, em **quatro meses**, **R\$ 1,446 bilhão** na rua.

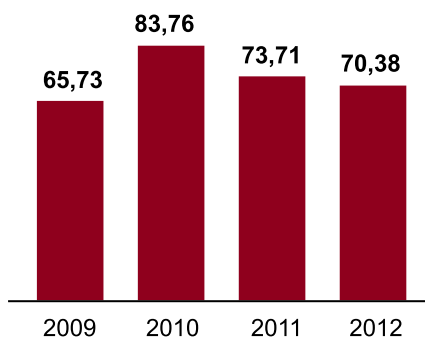
### INVESTIMENTO ESTADUAL

De janeiro a agosto  
Em milhões R\$



Em 2012... No ano passado, o orçamento previu investimentos públicos estaduais da ordem de **R\$ 1,654 bilhão**. O governo, entretanto, só conseguiu realizar **R\$ 1,164 bi**, **70,38%** do previsto.

### % realizado nos últimos anos



### ENQUANTO ISSO...

OBRA	Rodovia Leste-Oeste	Cais das Artes	Estádio Kléber Andrade	Hospital São Lucas
<b>Começo</b>	Novembro de 2007	Novembro de 2010	Dezembro de 2010	Setembro de 2008
<b>Previsão inicial de entrega</b>	Novembro de 2008	2º semestre de 2011	2013	2010
<b>Nova previsão</b>	Dezembro de 2014	Novembro de 2014	Fevereiro de 2014	Dezembro de 2017

Fontes: Secretaria da Fazenda do Estado e Arquivo de A GAZETA

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

253,43 milhões tinham sido liquidados, 32,4% do autorizado para o ano, o menor percentual entre os grupos de despesa.

### OBRAS NÃO ANDAM

O grupo pessoal e encargos liquidou R\$ 3,51 bilhões, 65,8% do previsto até o final do ano. A dívida pública já consumiu metade do autorizado pelo orçamento, R\$ 320,23 milhões. As outras despesas correntes têm um percentual liquidado de 53,7%, batendo em R\$ 1,86 bilhão.

Enquanto a burocracia não consegue fazer o dinheiro sair dos cofres, as obras arrastam-se e encarecem. A Rodovia Leste-Oeste (Vila Velha-Viana) começou a ser construída em novembro de 2007 e era para ter sido entregue em 2008, mas, até agora, nada. A nova data é dezembro de 2014.

O Cais das Artes, em Vitória, começou a ser erguido em abril de 2010 e era para ter ficado pronto no segundo semestre de 2011. A nova previsão é novembro de 2014. Originalmente o espaço deveria custar R\$ 134 milhões, mas beirará R\$ 180 milhões.

O Kléber Andrade, comprado do Rio Branco por R\$ 6,8 milhões, teve as obras iniciadas em 2010 e deveria ser inaugurado este ano. A nova arena, hoje com execução de 60%, passou por troca de empreiteira e só será entregue em fevereiro de 2014. O orçamento, de R\$ 100 milhões, ficou mais caro em R\$ 8,8 milhões.

## GASTO PÚBLICO

# Governo garante R\$ 2 bilhões

**Fazenda promete que investimentos serão intensos nestes 4 últimos meses do ano**

« O secretário de Estado da Fazenda, Maurício Duque, garantiu que o governo entregará os investimentos prometidos para o ano e considerou normal o desempenho de execuções em 2013. “Historicamente, os últimos quatro meses são os mais fortes. Confirmando que entregaremos os R\$ 2 bilhões até o final do ano, não temos a menor dúvida disso. Se não chover tanto nos últimos meses, podemos até ultrapassar essa meta”.

Duque explica que esse montante de R\$ 507,28 milhões não pode ser analisado isoladamente. “Temos de incluir os investimentos da Cesan (empresa de economia mista), que deve fechar 2013 com investimentos da ordem de R\$ 500 milhões, os re-



BERNARDO COUTINHO - 07/08/2013

**Obra da Rodovia Leste-Oeste, que começou em 2007, deveria ter sido entregue em 2008: nova previsão é 2014**

passes para Assembleia e Judiciário, e as inversões financeiras (compras de bens móveis e imóveis, e financiamentos)”.

Entre janeiro e agosto

deste ano, foram R\$ 855,94 milhões em inversões financeiras. Tirando os cerca de R\$ 350 milhões do Fundap (75% do fundo vai para o financiamento das em-

presas), são R\$ 505 milhões de inversões financeiras. “Não está na linha dos investimentos, mas também precisam ser considerados. Estão aí compras de máqui-

nas e as desapropriações”.

Também entram nesta conta os recursos que o governo manda aos municípios. “Em novembro, serão R\$ 200 milhões fundo a

fundo para as prefeituras realizarem obras de forma mais rápida”, argumentou.

## NO PAPEL

O secretário reconheceu, porém, que parte do que está no orçamento, deste e dos próximos anos, não sairá do papel. Segundo ele, trata-se de uma engenharia financeira montada para viabilizar a captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“Temos mais de R\$ 4 bilhões captados no BNDES nos mais diversos projetos. O problema é que a legislação impede que a captação supere os 16,5% da receita corrente líquida, ou seja, não podemos captar tudo ao mesmo tempo. Por isso, estamos dividindo esses montantes ao longo dos anos. Tem coisa que está no orçamento, mas ou não vai sair ou sairá em parte. É uma engenharia montada para viabilizar a vinda dos recursos”, frisou Duque.

## GUERRA FISCAL

# Estado reverte perda do Fundap na reforma do ICMS

**Acordo no Confaz avançou, mas faltam adesão de três Estados e aval da Fazenda**

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

O Espírito Santo e outros Estados fecharam acordo com o Ministério da Fazenda para reduzir as alíquotas de ICMS geral, tendo como condicionantes as compensações financeiras da União aos Estados e a convalidação de incentivos fiscais ameaçados de extinção.

Em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) ontem, apenas Goiás, Ceará e Santa Catarina não aderiram ao acordo alegando prejuízos. Engavetada por falta de consenso no Senado em abril, essa nova fase da reforma tributária do governo federal reduz alíquotas de produtos industriais e agroindustriais num prazo de transição até 2028. Estados que hoje praticam 12%, como o Espírito Santo, passam para 7%; os que recolhem 7% encolhem a 4%. Segundo o secretário estadual da Fazenda, Maurício Duque, uma das principais vitórias foi garantir a compensação pelas perdas da redução do ICMS de importados em 4%. Ao asfixiar o Fundap, essa resolução do Senado tirou este ano cerca de R\$ 800 milhões dos cofres do Tesouro estadual e das prefeituras capixabas.

“A redução das alíquotas está muito bem encaminhada e há garantias de repor perdas. Dentro do contexto geral, está de bom tamanho para o Espírito Santo, porque não há grandes ganhadores nem grandes perdedores”, frisa Duque.

“A redução das alíquotas está encaminhada e há garantias de repor perdas. No contexto geral, está bom para o Espírito Santo. Não há grandes ganhadores ou perdedores”

**MAURÍCIO DUQUE**  
SECRETÁRIO DA  
FAZENDA DO ESTADO

GABRIEL LORDÉLLO - 24/11/2012

## Ministério admite crise fiscal

▄ Presidente do Confaz na condição de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira admitiu abertamente dificuldades orçamentárias para negar o incremento nos fundos de compensações. “As condições fiscais do Brasil pioraram muito este ano e devem piorar ainda mais”, disse ele, segundo relato de dois secretários de Fazenda.

De todo modo, as discussões do ICMS estão menos radicalizadas. Puxando o bloco dos mais pujantes junto a Minas Gerais e Rio de Janeiro, São Paulo aceita a convalidação dos incentivos e até reduziu as exigências na mesa: para não perder nas operações com o resto do país, quer apenas a redução do ICMS em 4% ou 7%. No relatório final engavetado no Senado em abril, as alíquotas gerais ficaram em 4%, 7% e até 13%, perdendo apoio do governo federal.

A surpresa ficou por conta de Santa Catarina. Dono de uma cadeia comercial de suínos e aves, o Estado sulino só ontem pôs o pé na porta, voltando atrás no apoio à redução para 7% sobre produtos agroindustriais. A alíquota do gás ficou indefinida por pressão do senador Delcídio Amaral (PT-MS): o gás boliviano é importado pela fronteira do Mato Grosso do Sul.

## O QUE ESTÁ EM JOGO

### Guerra fiscal

#### ▼ Atração de empresas

Hoje, Estados do Sul e do Sudeste (exceto Espírito Santo) praticam 7% nas operações com ICM (Imposto sobre circulação de mercadorias, e serviços como energia), mas a alíquota dos produtos saídos do Espírito Santo e dos Estados das demais regiões é de 12%, diferencial adotado para atrair setores produtivos, mas acusado de gerar uma guerra fiscal entre Estados.

### Reforma tributária

#### ▼ Assunto ressuscitou

Para reduzir essa briga, o governo federal equalizou o ICM importação em 4%, prejudicando principalmente o Espírito Santo. E depois iniciou a reforma do ICMS geral,

mas a primeira tentativa fracassou no Senado, ante a resistência dos Estados e de emendas que desfiguraram o projeto original. O governo retomou as conversas no Confaz.

### Mudanças

#### ▼ ES cai para 7%

O acordo encaminhado ontem no Confaz reduz as alíquotas de 12% para 7% (caso do Espírito Santo) e de 7% para 4%. E cairá de 12% para 10% a alíquota da (acusada de privilégio) zona Franca de Manaus, exceto para produtos de informática.

### Condicionantes

#### ▼ Briga no Congresso

Questionados na Justiça e ameaçados de morte súbita, os incentivos fiscais ao setor produtivo (inclusive os do governo capixaba) só serão convalidados à

unanimidade no Confaz - como exige a lei que não foi obedecida -, apenas se:

#### ▼ O Congresso

aprovar a redução das alíquotas de ICMS e os fundos de compensação e desenvolvimento regional

#### ▼ A Câmara

aprovar a regulamentação do comércio não presencial (e-commerce) já votada pelo Senado.

### No Senado

#### ▼ Rodada de conversas

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos aguardaram a reunião de ontem do Confaz para redefinir as propostas sobre ICMS na Casa. Entre outras compensações pela redução das alíquotas, os incentivos concedidos à revelia do Confaz seriam validados, mas temem-se riscos judiciais se for questionada a prerrogativa do Conselho para avaliar o que é tido como ilegal.

Os fundos de compensação (FC) e de desenvolvimento regional (FDR) somam R\$ 130 bilhões aos Estados prejudicados. Serão até R\$ 8 bilhões por ano só do fundo de compensação, valor dividido entre os Estados e com chance de ser cumulativo. OFC servirá de auxílio financeiro para repor também perdas de arrecadação no comércio eletrônico, o que, segundo Duque, renderia R\$ 200 milhões por ano ao Estado.

Num próximo encontro ainda não marcado, os secretários de Fazenda devem receber uma resposta final do governo federal e dos Estados descontentes. Outro impasse está na limitação de recursos da União para cobrir as perdas dos Estados. Os governadores querem elevar a R\$ 296 bilhões o valor do FDR a ser aprovados pelo Congresso, mas o ministro Guido Mantega não cedeu ao pleito, e agora reavaliará as negociações.

## Novo imposto da Saúde à vista

▄ Decididos a financiar a Saúde pública com um novo imposto, aliados do governo tentam novamente ressuscitar no Congresso a extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Apresentado quarta-feira na comissão especial da Câ-

mara que discute o assunto, o relatório do deputado Rogério Carvalho (PT-SE) sugere a criação da rebatizada Contribuição Social para a Saúde (CSS), que seria cobrada a partir de 2018.

A tramitação avança evitada de polêmicas e bombardeada pela oposição.

Médico, o deputado César Colnago (PSDB) considera o parecer frustrante ao criar mais impostos - alíquota de 0,2% sobre movimentações bancárias - em vez de atender necessidades do setor. O relatório, crítica, não destina 10% da receita corrente bruta da União ao Sistema

Único de Saúde (SUS).

“O relator propõe o imposto numa solução de chegar aos 10% só em 2017, 2018 de forma escalonada, não priorizando o fundamental. Ele não traz os 10% e não ouve o clamor das ruas. A comissão precisa ter resposta clara e rápida para

solucionar o financiamento de Saúde”, argumenta.

Criado em caráter provisório no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o chamado imposto do cheque teve prorrogação derubada pela oposição em 2007 no Congresso, uma derrota do governo Lula (PT). Desde então, petistas patrocinam iniciativas de recriar fontes de receita para bancar o custeio de Saú-

de. Carvalho, aliás, é ligado ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT-SP).

Em 2008, a Câmara aprovou e o Senado engavetou a CSS proposta pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS) com alíquota de 0,1%. No Senado, o ex-ministro da Saúde Humberto Costa (PT-PE) é forte defensor de novas fontes de financiamento do sistema. (Rondinelli Tomazelli)